

MERCADOS



Com risco geopolítico, Bovespa recua 3,28%; dólar avança 1,92%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

No que foi a sua maior queda desde o "Flávio Day" - a sessão de 5 de dezembro passado, quando caiu 4,31% com o anúncio da pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), diferentemente de segunda, não escapou ontem, do aumento da tensão geopolítica no Oriente Médio.

Em mais uma sessão volátil, chegou a ceder 9 mil pontos entre a máxima (189.602,38) e a mínima (180.518,33) de ontem, em que fechou em baixa de 3,28%, aos 183.104,87 pontos. Muito reforçado, o giro subiu para R\$ 46,8 bilhões, em nível atípico para sessões sem vencimento de opções sobre o índice, mas visto algumas vezes em janeiro com o aumento do interesse estrangeiro por ativos no Brasil. Na semana e no mês, o Índice Bovespa (Ibovespa) recua 3,01%. No ano, limita o avanço a 13,64%.

Na ponta perdedora do Ibovespa na sessão, destaque para Pão de Açúcar (-17,78%), à frente de Yduqs (-6,99%), Assai (-6,49%) e CSN (-6,06%). Ape- nas duas das 85 ações que compõem a carteira Ibovespa conseguiram avançar na sessão: Raizen (+6,15%), e Braskem (+3,24%). Petrobras perdeu força em direção ao fim do dia e fechou em baixa de 0,74% (ON) e de 0,44% (PN), após ter subido mais de 4% cada, sendo responsável então pelo leve ganho do Ibovespa na sessão. Tendo figurado na segunda entre as campeãs em dia ainda positivo para o Ibovespa, nesta terça as ações da estatal não conseguiram acompanhar de perto o desempenho do petróleo, que chegou a subir mais de 6% durante a sessão, em porcentual semelhante ao observado no dia anterior para os contratos futuros da commodity em Londres e Nova York. O Brent e o WTI se acomodaram a ganhos um pouco mais baixos no fechamento de Londres e Nova York, em torno de 4,7%.

A aversão a risco teve efeito particular em papéis de primeira linha, que passaram por um rali nos meses de janeiro e fevereiro em razão do apetite externo desencadeado pela rotação de ativos, em especial, a partir dos Estados Unidos. O caso do Santander Brasil ontem foi emblemático: com recuo de 2,45% das Units na sessão, passaram a acumular perda de 2,33% no ano - o primeiro dos grandes bancos a registrar baixa em 2026. No agregado das duas primeiras sessões de março, as ações do setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa, acumulam perdas que chegam a 5,09% em Itaú PN, principal papel do segmento - que fechou em baixa de 3,35% -, e a 6,12% em BTG Unit, em baixa de 5,86% na sessão.

Principal papel do Ibovespa, Vale ON caiu 4,17%, após ter resistido relativamente bem na segunda-feira, então em leve baixa de 0,35% no fechamento. Em Nova York, os principais índices de ações encerraram o dia com perdas de 0,83% (Dow Jones), S&P 500 (-0,94%) e Nasdaq (-1,02%).

DÓLAR

Uma moderação do sentimento de aversão ao risco no exterior ao longo da tarde abriu espaço para uma redução dos ganhos da moeda americana frente ao real. Após tocar R\$ 5,34, com máxima a R\$ 5,3441 e avanço acima de 3%, o dólar à vista encerrou em alta de 1,92%, a R\$ 5,2652. Apesar de longe dos picos do dia, é o maior nível de fechamento desde 26 de janeiro, quando terminou a R\$ 5,2797.

O dólar à vista sobe 2,56% em relação ao real nos dois primeiros pregões de março. A desvalorização acumulada em 2026, que superava 6% no fim de fevereiro, é agora de 4,08%. O real, que vinha liderando os ganhos entre divisas emergentes no ano antes da eclosão da guerra, teve perdas inferiores a de pares como os pesos mexicano e chileno. Rand sul-africano e florim húngaro amargaram as piores perdas, acima de 2,5%.

RECURSOS

Caixa volta a financiar imóveis acima de R\$ 2,25 mi com poupança

CIRCE BONATELLI/AE

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem, que voltou a financiar a compra de imóveis residenciais acima de R\$ 2,25 milhões para pessoas físicas no âmbito do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), por meio de sua linha que usa recursos da caderneta de poupança.

Desde 2024, o banco estatal não vinha liberando financiamentos individuais para aquisição de imóveis acima desse limite. O objetivo era priorizar o crédito para moradias de menor valor, atendendo um maior número de famílias, uma vez que os recursos da caderneta de poupança ficaram mais escasos para atender toda a deman-

da. A vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães, disse que as mudanças promovidas pelo Banco Central em 2025 nas regras do depósito compulsório ampliaram a disponibilidade de recursos das cadernetas, viabilizando a retomada gradual do atendimento ao público que busca imóveis de valor mais alto.

"A reabertura das contratações para aquisição de imóveis prontos, anunciada agora, amplia o escopo de atuação do banco no crédito habitacional, fortalecendo o relacionamento com clientes de alta renda e contribuindo para o aquecimento do mercado imobiliário e da cadeia da construção civil", disse Inês Magalhães.

PIB 2025

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A expansão de 2,3% da economia brasileira em 2025 posiciona o Brasil na sexta posição do ranking de crescimento do G20, grupos das maiores economias do mundo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem que o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu R\$ 12,7 trilhões no ano passado.

O PIB é o conjunto de bens e serviços produzidos no país e serve como indicador do comportamento da economia. No ano passado, a agropecuária foi o principal motor do PIB nacional.

Logo após a divulgação do resultado pelo IBGE, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda publicou um ranking com o desempenho do PIB entre as 16 economias do G20 que já divulgaram os dados consolidados de 2025.

A lista é liderada pela Índia, que apresentou um salto de 7,5% na comparação com 2024. O Brasil aparece imediatamente à frente dos Estados Unidos, maior potência econômica do mundo.

JANEIRO

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O setor de máquinas e equipamentos iniciou 2026 em desaceleração, após encerrar o ano passado com um crescimento moderado. Essa redução no ritmo de crescimento se deve principalmente à política monetária, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Em janeiro deste ano, a receita líquida total do setor somou R\$ 17,3 bilhões, o que representou queda de 17% na comparação com janeiro de 2025 e de 19,3% em comparação a dezembro. Segundo a Abimaq, isso foi resultado de um recuo tanto nas vendas para o mercado doméstico quanto no mercado externo.

No mercado doméstico, a queda foi de 19% devido a um "reflexo da política monetária contracionista", o que provocou, segundo a entidade, inibição dos investimentos, encarecimento do custo de vida, comprometimento de renda e aumento da inadimplência. Já no mercado externo, a influência negativa foi em decorrência da valorização de 11% do real frente ao dólar.

As exportações de máquinas e equipamentos somaram US\$ 838

CRESCIMENTO

O desempenho do PIB brasileiro em 2025 marcou o quinto ano seguido de expansão. No entanto, o resultado aponta desaceleração, isto é, perda de ímpeto. Em 2024, o crescimento havia sido de 3,4%.

Os técnicos do Ministério da Fazenda atribuem a perda de ritmo à política de juros altos.

"Esse movimento indica que a política monetária contracionista exerceu impacto relevante sobre a atividade, contribuindo para o fechamento do hiato do produto", afirma o estudo.

Na linguagem dos economistas, hiato do produto é um indicador sobre a capacidade de produção da economia sem gerar pressão inflacionária. O fechamento do hiato citado pelo boletim da SPE indica que os juros altos desestimularam o consumo a ponto de diminuir a alta de preços.

COMO JUROS AGEM

A política monetária contracionista, isto é, juros em patamar elevado, foi a ferramenta do Banco Central (BC) para conter a inflação, que ficou praticamente todo o ano de 2025 acima da meta do governo, de 3% ao

ano com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Desde setembro de 2024, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC impôs trajetória de alta à Selic — taxa básica de juros — fazendo-a bater 15% ao ano em junho de 2025 e assim permanecendo até os dias atuais. É o maior patamar desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

A Selic influencia todas as demais taxas de juros do país e, quando elevada, age de forma restritiva na economia, ou seja, encarece operações de crédito e desestimula investimentos e consumo.

O impacto esperado é a menor procura por produtos e serviços, esfriando a inflação. O efeito colateral é que a economia em marcha lenta tende a diminuir a geração de empregos.

"A perda de fôlego tornou-se mais evidente no segundo semestre, quando a atividade permaneceu praticamente estável em relação ao primeiro", aponta o boletim da SPE.

Apesar do cenário restritivo, 2025 terminou com a menor taxa de desemprego já registrada pelo IBGE.

PREVISÃO PARA 2026

O Copom já anunciou que pretende cortar a Selic na próxima reunião do colegiado, nos dias 17 e 18 de março.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que o conflito no Oriente Médio envolvendo o Irã não deve impactar a redução dos juros. A SPE estima que o PIB deve crescer 2,3% em 2026.

"A expectativa é de desaceleração acentuada da agropecuária, compensada por maior ritmo de crescimento da indústria e dos serviços", projeta a SPE.

Os técnicos enxergam que a provável redução de juros dará fôlego à indústria e à construção. A isenção de cobrança de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, que entrou em vigor na virada do ano, é outro incentivo de crescimento, de acordo com a SPE.

"Para os serviços, a expectativa também é de maior crescimento, impulsionado pela reforma da tributação sobre a renda e pela expansão do crédito consignado para o trabalhador privado, além da resiliência do mercado de trabalho", sustenta o boletim.

Abimaq: indústria de máquinas começa 2026 em desaceleração

milhões em janeiro, com queda de 41,5% em relação a dezembro, mas crescimento de 3,1% em relação a janeiro de 2025. De acordo com a associação, a retração na comparação mensal se deve a fatores sazonais e também à base elevada de comparação, já que dezembro de 2025 apresentou o segundo maior valor da série histórica.

As importações, por sua vez, tiveram queda em janeiro, somando US\$ 2,48 bilhões. No entanto, ressalta a Abimaq, elas seguem em patamares elevados, o que vem ocorrendo pelo menos desde 2015 e se intensificou com a pandemia da covid-19, "quando a substituição da produção nacional por bens importados ganhou força".

De acordo com a entidade, o volume de importações demonstra que o país vem transferindo parcela relevante do dinamismo industrial para o exterior, principalmente para a China, responsável por mais de 32% das máquinas importadas pelo Brasil.

EXPORTAÇÕES

O setor de máquinas foi um dos mais prejudicados pela aplicação de tarifas de 50% pelo governo dos Estados Unidos, princi-

pal destino desses produtos no exterior. Apesar disso, o impacto acabou sendo menor do que o setor previa inicialmente.

"A medida que foi tomada pelo governo Trump impactou bem menos do que a gente previa no início. A gente achava que ia impactar brutalmente as vendas para aquele mercado, mas diversas empresas conseguiram se organizar, se estruturar e preservar aquele mercado, que é bastante importante", avalia o presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Abimaq, Pedro Estevão Bastos.

Em entrevista concedida na tarde de ontem, na capital paulista, ele disse esperar que as exportações voltem a ganhar força após a decisão da Suprema Corte ter derrubado as tarifas sobre produtos importados que haviam sido impostas globalmente pelo presidente Donald Trump. Mas, por enquanto, ele diz que o setor está cauteloso.

"Com relação ao futuro e com a reversão da medida, a gente espera conseguir reconquistar uma parte do mercado que foi perdido", falou. "Mas há outros instrumentos que ele [Trump] pode utilizar e aí elevar a tarifa especificamente para o Brasil a

outro patamar, além dos 10%. Então a gente tem conversado com as empresas do setor para ter cautela", frisou.

EMPREGO

Em janeiro, o setor apresentou melhora no número de pessoas empregadas, somando 418,9 mil colaboradores. Na comparação com janeiro de 2025, isso representou um acréscimo de 18 mil pessoas.

Apesar disso, a Abimaq pondera que esse número é 2% inferior a outubro do ano passado, quando 422,7 mil pessoas estavam empregadas no setor.

PERSPECTIVAS

Para este ano de 2026, a associação projeta um crescimento de 3,5% na produção física de máquinas e equipamentos e de cerca de 4% na receita líquida. Para a Abimaq, esse avanço será sustentado pelo mercado doméstico, com a expectativa de expansão da demanda próxima de 5,6%.

"A gente está achando que, em 2026, vamos ter uma retração nas vendas em relação a 2025. De quanto vai ser ainda está muito cedo para a gente falar, mas talvez alguma coisa em torno de 5% seja bastante razoável", disse Bastos.



JANEIRO

Brasil tem saldo positivo de 112,3 mil postos de trabalho

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Dados divulgados ontem pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que, em janeiro, o Brasil apresentou um saldo de 112.334 mil novos postos de trabalho com carteira assinada. O resultado foi obtido com a admissão de 2.208.030 pessoas e 2.095.696

desligamentos. O Caged é um indicador que mede a diferença entre contratações e demissões. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o destaque do mês foi a indústria, que gerou 54.991 postos de trabalho. Os dados trazem ajustes, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores e que são retificadas pelo ministério.

SETORES
Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em janeiro. Apenas o comércio apresentou queda de 56.800 postos, devido a sazonalidade. Os demais tiveram aumentos.
Serviços: 40.525 postos
Comércio: - 56.800 postos
Indústria (de transformação, de extração e de outros ti-

pos): 54.991 postos
Construção civil: 50.545 postos
Agropecuária: 23.0373
REGIÕES E ESTADOS
Em janeiro foram registrados saldos positivos em 18 das 27 unidades federativas, com destaque para Santa Catarina, com 19 mil postos de trabalho, seguido por Mato Grosso, com 18.731, e Rio Grande do Sul, com 18.421.

CONGRESSO

Governo pode enviar projeto com urgência se escala 6x1 não avançar

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (**foto**), disse ontem, em São Paulo, que o governo poderá enviar um projeto de lei com urgência para o Congresso Nacional, caso as discussões que tratam sobre a jornada de trabalho, como o fim da escala 6x1 e a redução de horas semanais, não caminhem na "velocidade desejada". A urgência impõe que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado tenham 45 dias para deliberar o tema, sob pena de trancamento da pauta.



Uma das PECs que tramitam atualmente no Congresso aumenta de um para dois dias o descanso mínimo semanal — preferencialmente aos sábados e domingos - e diminui de 44 para 36 horas o tempo máximo de trabalho semanal, sem contar horas extras. Atualmente, a Constituição estabelece que a carga de trabalho será de até oito horas diárias e até 44 horas semanais. Durante entrevista a jornalistas, Marinho disse considerar viável o fim da jornada 6x1, mas ressaltou que a prioridade do governo é a redução de jornada que, em sua visão, já deveria ter

ocorrido. “Nesta fase, acredito sinceramente que é plenamente possível reduzir a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais. E, portanto, isso pode levar à condição de acabar com a escala 6x1, que é o grande sonho de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, em particular do comércio e serviço.” Ele também reiterou que não há discussão atualmente no governo sobre compensações fiscais às empresas como contrapartida para a mudança. Para ele, “o pressuposto para a compensação é o aumento da pro-

dutividade”. “Não faz sentido, na minha opinião, pensar em incentivos fiscais para a questão [da redução] da jornada parcial”, disse o ministro. “É preciso que o mundo empresarial, os trabalhadores e suas representações colaborem no sentido de melhorar o ambiente do mundo do trabalho. Se você evitou acidente, evitou doenças, você vai aumentar a produtividade. Se você investir em tecnologia, você vai garantir o aumento da produtividade. E o Brasil precisa melhorar a produtividade”, afirmou.

ECONOMIA RURAL

Agro cresce 11,7%, impulsiona PIB e ganha participação na economia

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A agropecuária foi o grande destaque da economia brasileira em 2025. O setor cresceu 11,7% na comparação com 2024, o que impulsionou o Produto Interno Bruto (PIB), conjunto de bens e serviços produzidos no país no ano passado. O desempenho fez com que a agropecuária representasse praticamente um terço (32,8%) da expansão de 2,3% que a economia brasileira teve no ano passado. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Depois da agropecuária, a atividade econômica que mais contribuiu para o avanço do PIB anual foi a indústria extrativa, com salto de 15,3%. Ou seja, a participação da agropecuária foi mais que o dobro da segunda atividade de maior peso no crescimento.

Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, destaca que a agropecuária conseguiu ser o principal motor do PIB mesmo tendo participação de apenas 7% na economia brasileira. “Apesar de ser uma atividade que não pesa tanto no PIB, a agropecuária cresceu tanto que foi a que contribuiu mais para o crescimento. Realmente chamou bastante atenção”, avalia Palis. Tal expansão, inclusive, fez o setor ganhar maior participação. Em 2024, o agro tinha peso de 6,7%, índice que fechou 2025 em 7,1%. Apesar do aumento de seu peso na economia brasileira, essa fatia já foi maior em anos recentes. Em 2021, a participação da agropecuária ficou em 7,7%. Em 2010 era apenas 4,8%. A atividade econômica com maior peso no PIB brasileiro em 2025 continuou a ser a de serviços, com 69,5%. Em 2024, o setor representava 68,9%. Na sequência, figura a indústria extrativa, que recuou de 24,4% para 23,4% na passagem de

2024 para 2025. Palis explica que a queda de participação é explicada pelo recuo do preço internacional do petróleo no ano passado. **FORÇA DA LAVOURA** A analista Rebeca Palis explica que o desempenho da agropecuária é resultado, principalmente, da agricultura. “A gente teve um ano recorde de safra de soja e milho, e essas safras têm um peso muito grande no primeiro trimestre”, cita. “Depois caiu um pouquinho, mas se vocês forem ver a média do ano, em relação à média do ano anterior, tem um crescimento bastante significativo”, completa. Segundo Palis, a soja e o milho representam cerca de 45% da lavoura nacional. “A gente teve uma safra muito alta também de laranja, e todas essas atividades também com o crescimento da produtividade”, acrescenta a pesquisadora do IBGE. Crescimento de produção agrícola em 2025:

- Soja: 14,6%
- Milho: 23,6%
- Laranja: 28,4%

Apesar do destaque da agricultura, Palis ressalta que parte da pecuária também teve crescimento importante, principalmente bovinos e leite. **PROJEÇÃO PARA 2026** Em um boletim publicado logo após a divulgação do IBGE, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estima que 2026 deve ter crescimento de 2,3%, ritmo similar ao observado em 2025. “A expectativa é de desaceleração acentuada da agropecuária, compensada por maior ritmo de crescimento da indústria e dos serviços”, aponta o texto. “A menor produção esperada de milho e arroz, bem como o menor abate de bovinos, devido à reversão do ciclo, devem limitar a expansão do setor agropecuário em 2026, apesar da perspectiva de nova colheita recorde de soja”, assinalam os técnicos do Ministério da Fazenda.

MINISTÉRIO

Governo federal leiloa terminais pesqueiros de Aracaju e Cananéia

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Mais de R\$ 102 mil foram arrecadados pelo governo federal nos leilões de terminais pesqueiros realizados na manhã de ontem, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). A maior oferta foi proposta pela K. Coelho L&R, que arrematou o terminal pesqueiro de Cananéia, no litoral paulista, por R\$ 101,1 mil como valor de outorga. A empresa foi a única concorrente. O ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, acompanhou o certame na capital. O leilão de concessão foi promovido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, com apoio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Três terminais pes-

queiros públicos seriam leiloados, mas o terminal de Santos, também no litoral paulista, acabou sendo adiado. O critério de julgamento foi o de maior oferta, correspondente ao maior valor de outorga para cada terminal pesqueiro. Além do terminal pesqueiro de Cananéia, também foi concedido o terminal de Aracaju (SE). A vencedora foi a BTJ Distribuidora, única concorrente, que ofereceu R\$ 990 como valor de outorga. Segundo o ministério, a concessão oferece ao setor privado o direito de explorar economicamente os terminais por um período de 20 anos, prevendo investimentos na ordem de milhões de reais para a modernização e operação das instalações.

Nota

BANCOS PODERÃO DESCONTAR APORTES ANTECIPADOS AO FGC

Os bancos poderão descontar os valores que terão de antecipar ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) do compulsório, dinheiro que são obrigados a manter parado no Banco Central (BC). A autoridade monetária aprovou ontem resolução que autoriza a operação. Na prática, a medida pode liberar cerca de R\$ 30 bi para os bancos neste ano. O BC, no entanto, informa que o dinheiro extra não terá impacto na economia, porque compensará os recursos que deixarão de circular por causa das antecipações dos bancos ao FGC. Entidade privada que garante depósitos e aplicações de clientes em caso de quebra de banco, o fundo decidiu que as instituições financeiras terão de antecipar contribuições mensais para cobrir o rombo em seu caixa após a quebra do Banco Master e das demais instituições associadas a ele.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
GRAND FAMILY CONDOMÍNIO CLUB, inscrita no CNPJ nº 30.169.373/0001-51, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº 000230.000093/2026-14, a renovação de sua Licença Municipal de Operação LMO Nº 12/2026, com validade de 120 meses para Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Rua Dumontina, nº 288 - Vargem Pequena - Rio de Janeiro/RJ, em substituição a licença de operação – LMO 001862/2016.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL E DE ÁGUAS MINERAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

ASSEMBLEIA GERAL
Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores das empresas, representadas pelo **SINDICATO PATRONAL**, para Aprovação ou Não da Proposta referente à Convenção Coletiva 2026, a realizar-se no dia 06 de março de 2026, com qualquer quorum.
Rio de Janeiro, 03 de março de 2026.
Washington Luiz Marcelino dos Santos
Presidente

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS+ MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2025

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90053/2025 no dia 16/03/2026 às 11h00min. – Objeto: Aquisição de insumos para testes sorológicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.033235/2025-11. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PTR10 Investimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/MF nº 20.202.417/0001-44 - NIRE 33.2.1064433-5
Extrato da 23ª Alteração da Sociedade Empresária Denominada
Pelo presente instrumento particular, **Dulce Pugliese de Godoy Bueno**, brasileira, médica, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **Claudete Correa**, brasileira, comerciante, na qualidade de sócia quotista e usufrutuária do direito de voto de quotas de nua-propriedade dos sócios quotistas **Pedro de Godoy Bueno** e **Camilla de Godoy Bueno Grossi**, abaixo qualificados; **Pedro de Godoy Bueno**, brasileiro, economista, neste ato representado por seu procurador, Dr. **Gilberto João Ferreira da Costa**, brasileiro, médico; e **Camilla de Godoy Bueno Grossi**, brasileira, bióloga, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **Claudete Correa**, brasileira, comerciante. Únicos quotistas da sociedade empresária limitada **PTR10 Investimentos Imobiliários Ltda.**, CNPJ/MF nº 20.202.417/0001-44 (“Sociedade”). **Resolvem:** I – 1.1 Aprovada a redução do capital social da Sociedade de R\$ 60.754.381,00 para R\$ 50.654.381,00, sendo dita redução no valor de R\$ 10.100.000,00, devendo o valor da redução ser pago aos sócios, conforme itens 1.2 e 1.3 abaixo: 1.2 **Aprovado** o cancelamento de 10.100.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, a ser suportado pelos sócios quotistas, conforme segue: (a) cancelamento de 4.949.000 quotas de titularidade da sócia **Dulce Pugliese de Godoy Bueno**, qualificada acima; (b) cancelamento de 2.575.500 quotas de titularidade da sócia **Camilla de Godoy Bueno Grossi**, qualificada acima; e (c) cancelamento de 2.575.500 quotas de titularidade do sócio **Pedro de Godoy Bueno**, qualificado acima. 1.3 **Aprovada** a restituição de capital aos sócios quotistas através da entrega aos sócios do valor total de R\$ 10.100.000,00, da seguinte forma: (a) R\$ 4.949.000,00 a serem entregues à sócia **Dulce Pugliese de Godoy Bueno**, qualificada acima; (b) R\$ 2.575.500 a serem entregues à sócia **Camilla de Godoy Bueno Grossi**, qualificada acima; e (c) R\$ 2.575.500 a serem entregues ao sócio **Pedro de Godoy Bueno**, qualificado acima. 1.4 **Aprovada** a nova redação do Contrato Social: “**Clausula 5ª. O capital social da Sociedade é de R\$ 50.654.381,00, em moeda corrente nacional do País, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 50.654.381 quotas, no valor de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: Sócio: Dulce Pugliese de Godoy Bueno; Nº. de quotas: 24.820.647 Valor em R\$: 24.820.647,00. Sócio: Camilla de Godoy Bueno Grossi; Nº. de quotas: 12.916.867 Valor em R\$: 12.916.867,00. Sócio: Pedro de Godoy Bueno; Nº. de quotas: 12.916.867 Valor em R\$: 12.916.867,00. Total do Nº. de quotas: 50.654.381. Total do Valor em R\$: 50.654.381,00. §1º: Com relação ao sócio Pedro de Godoy Bueno, 1.122.000 quotas estão gravadas com a cláusula de impenhorabilidade vitalícia, sem prejuízo de sua livre disponibilidade, estando as mesmas quotas gravadas, ainda, com usufruto vitalício sobre o direito de voto em favor da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno. §2º: Com relação à sócia Camilla de Godoy Bueno Grossi, 1.122.000 quotas estão gravadas com a cláusula de impenhorabilidade vitalícia, sem prejuízo de sua livre disponibilidade, estando as mesmas quotas gravadas, ainda, com usufruto vitalício sobre o direito de voto em favor da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno. §3º: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não respondendo os sócios, nem subsidiariamente pelas obrigações sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.” II. 2.1. **Aprovada** a consolidação do Contrato Social. Rio de Janeiro, 26/02/2026.**

FEMINICÍDIO

Homem que matou mulher em joalheria deixa hospital e é preso

MATHEUS CROBELATTI/AE

Cássio Henrique da Silva Zampieri, que assassinou a ex-namorada Cibelle Monteiro Alves em uma joalheria São Bernardo do Campo, recebeu alta médica e foi preso ontem. O criminoso, que foi baleado pela polícia durante o crime, ocorrido na última quarta-feira, foi encaminhado ao 2º Distrito Policial de São Bernardo do Campo.

Ainda ontem, Cássio Henrique será encaminhado ao Centro de Detenção Provisória, com destino final ao 3º Distrito Policial da cidade. O inquérito permanece aberta e as investigações prosseguem, sob comando do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) do município.

CRIME EM JOALHERIA

Cássio Henrique atacou Cibelle em uma joalheria do Shopping Golden Square, local onde a jovem trabalhava. Portando uma faca e uma arma de airsoft, o homem feriu gravemente o pescoço da vítima, que não sobreviveu à agressão.

O crime foi motivado pelo fim do relacionamento entre os dois. Cássio não aceitava a separação. Cibelle tinha medida protetiva — qualificada como urgente pela Justiça — e havia registrado diversos boletins de ocorrência contra o ex-namorado.

O crime foi registrado como feminicídio. No ano passado, o país registrou recorde do crime, com 1.518 vítimas, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ZONA SUL

'Casa cofre' é encontrada com mais de 90 celulares roubados

A Polícia Militar descobriu na madrugada de ontem, uma "casa cofre" que armazenava mais de 90 celulares com indícios de furto ou roubo em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, os policiais estavam em patrulhamento pela região quando viram uma residência com a porta entreaberta e com itens cobertos por alumínio. Os militares entraram na casa e encontraram diversos materiais sem comprovação de origem.

No total, foram recolhidos:

- 96 celulares de diversos modelos;
- 11 notebooks;
- oito relógios de pulso;
- duas máquinas de cartão;
- quatro carregadores de município;
- um revólver;
- cerca de 200 munições.

Ninguém foi encontrado no local. A suspeita é que os itens tenham sido roubados ou furtados.

O caso foi registrado como receptação e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e de uso permitido no 89º Distrito Policial do Jardim Ta-

boão. A Polícia Civil investiga a procedência dos bens apreendidos.

MAINHA DO CRIME

No ano passado, a polícia localizou em Paraisópolis uma quadrilha responsável por roubos e latrocínios. Uma das lideranças do esquema de receptação e fornecimento de armas é Suedna Barbosa Carneiro, a "Mainha do crime", que alugava os equipamentos para os criminosos praticarem roubos de moto e depois comprava os aparelhos roubados.

Presa em fevereiro de 2025, Suedna já foi condenada por manter um bunker com armas para serem alugadas por criminosos. Ela também atuava como receptadora dos produtos roubados. Com ela foi encontrada uma lista de preços que especificava aparelhos celulares com ou sem senha desbloqueada.

Segundo a polícia, ela que comandou os criminosos que mataram o ciclista Vitor Medrado, de 46 anos, no início do ano passado, durante um assalto em frente ao Parque do Povo, no Itaim Bibi.

Nota

RUA DA CONSOLAÇÃO É LIBERADA APÓS QUASE 30 HORAS INTERDITADA EM RAZÃO DE EXPLOÇÃO

O trânsito na Rua da Consolação, no centro de São Paulo, foi liberado na manhã de ontem, por volta das 6h20, depois de bloqueio causado na noite de domingo passado, após uma explosão subterrânea ser registrada na via. A informação foi confirmada pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). O incidente registrado no fim de semana provocou a abertura de uma cratera na via no sentido da Avenida Paulista. O buraco que se abriu no asfalto deixou parte da rua interditada, obrigando motoristas a desviarem a rota para seguir viagem e afetando a circulação de mais de 20 linhas de ônibus municipais. Na segunda-feira, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) responsabilizou a Enel Distribuição São Paulo, concessionária de distribuição de energia na capital e na Grande SP, pelo ocorrido. Ontem, a Enel disse que a explosão registrada na Rua da Consolação foi causada pelo acúmulo de gases inflamáveis dentro de uma galeria subterrânea. A origem desses gases ainda não foi identificada. "Após as medições realizadas no local, que indicaram não haver riscos, o buraco foi fechado e devidamente tampado", disse a companhia. A Enel reforça que segue investigando o caso e que o local continuará sendo monitorado. "A distribuidora esclarece ainda que a rede elétrica subterrânea não foi danificada na explosão.

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Dois indivíduos em uma motocicleta tentaram assaltar um estabelecimento comercial na manhã de ontem, na Rua Bento Barbosa, perto de onde fica o Consulado dos Estados Unidos, zona sul da capital. Durante a ação, um dos suspeitos foi atingido por um PM que estava de ronda, enquanto o outro segue

foragido, informou a Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP). O estado de saúde do assaltante baleado não foi divulgado.

O Consulado dos Estados Unidos informou ao Estadão que está ciente de um incidente de segurança em suas redondezas e que fechou temporariamente as portas esta manhã por conta do ocorrido, mas já está operando normalmente

nesta tarde.

Na Chácara Santo Antônio, bairro onde ocorreu a tentativa de assalto, a Polícia Civil registrou somente em julho de 2025 ao menos quatro assaltos em poucos dias. Naquele mês, uma família com uma criança de colo foi encurralada por criminosos armados na tarde de um sábado.

Outra situação havia acontecido na região em janeiro de

2025, quando um delegado da Polícia Civil foi assassinado por um assaltante de moto disfarçado de entregador. Segundo a polícia, outros dois assaltantes de moto davam cobertura para o homem que atirou no delegado. O caso foi registrado como latrocínio - roubo seguido de morte. O responsável pelos tiros foi preso no final de junho do ano passado.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 144ª EMISSÃO, EM DUAS SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários, em 2 (duas) séries, da 144ª (centésima quadragésima quarta) emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 01.451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, em até 2 (Duas) Séries, da 144ª (centésima quadragésima quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela RTDR PARTICIPAÇÕES S.A." ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de março de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a contratação da auditoria a ser realizada pela UHY Bendoraytes & Cia Auditores Independentes ("UHY"), com sede cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 12.399 - ç 73A - Cidade Monções, CEP 04.578-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.170.852/0002-58, para atuar nos termos da proposta que seguirá em anexo da ata de assembleia, sendo certo que as despesas serão custeadas com os recursos do Patrimônio Separado; (ii) Aprovar a substituição de garantia, consistente na exclusão dos Recebíveis, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Averças ("Cessão Fiduciária de Recebíveis"), oriundos dos empreendimentos (a) Gídiá, registrado na matrícula nº 85.166 do 8º Cartório de Registro de Imóveis de Curitiba/PR, e (b) Marena, registrado na matrícula nº 132.245 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Balneário Camboriú/SC, e na inclusão, em substituição, dos recebíveis oriundos do empreendimento Hyde, registrado na matrícula nº 63.210 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Balneário Camboriú/SC ("Novos Recebíveis"), ficando, desde já, expressamente aprovada a dispensa do atendimento, pelos Novos Recebíveis, aos Critérios de Exigibilidade previstos nos itens (i), (ii) e (v) da Cláusula 4.1.2.6 do Termo de Emissão (conforme definido no Termo de Securitização), exclusivamente para fins da presente substituição de garantia, sem que tal dispensa configure um descumprimento contratual e/ou caracterize um Evento de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Evento de Vencimento Antecipado; (iii) Aprovar a alteração do prazo de vigência e da Data de Vencimento das Notas Comerciais, conforme Cláusula 6.4 do Termo de Emissão, para 1992 (mil novecentos e noventa e dois) dias corridos contados da Data de Emissão das Notas Comerciais, vencendo-se, portanto, em 20 de outubro de 2030, sendo que os novos cronogramas de pagamento das Notas Comerciais seguirão em anexo da ata de assembleia e, consequentemente, aprovar a alteração do prazo de vigência e da Data de Vencimentos dos CRI da 1ª Série e dos CRI 2ª Série, conforme a Cláusula 4.1.1, item (vii), do Termo de Securitização, para 1994 (mil novecentos e noventa e quatro) dias corridos contados da Data de Emissão dos CRI da 1ª Série, vencendo, portanto, em 22 de outubro de 2030 e para 1995 (mil novecentos e noventa e cinco) dias corridos contados da Data de Emissão dos CRI da 2ª Série, vencendo, portanto, em 23 de outubro de 2030, respectivamente, sendo que os novos cronogramas de amortização dos CRI seguirão em anexo da ata de assembleia; (iv) Caso aprovadas as matérias constantes nas alíneas "I" a "III" acima, aprovar o pagamento, pela Devedora, de um *walver fee* aos Titulares dos CRI, em valor correspondente a 2,00% (dois por cento) *flat* do Saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI na data de aprovação da presente matéria, a ser operacionalizado via procedimentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em até 10 (dez) dias úteis da realização da presente assembleia, mediante aporte da Devedora na Conta do Patrimônio Separado; permanecendo inalterados o regime fiduciário, a vinculação dos Créditos Imobiliários ao Patrimônio Separado e as Garantias; e (v) Caso aprovados os itens acima, autorizar a Emissora a contratar, com recursos mantidos na Conta do Patrimônio Separado, o escritório **Papi, Maximiano, Kawasaki e Advogados Associados**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), como assessor legal, para elaborar todos os instrumentos e/ou aditamentos aos Documentos da Operação, conforme necessários, para refletir o deliberado na Assembleia Especial ora convocada, nos termos da proposta que seguirá anexo à ata de assembleia; e Instruções Gerais: As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelo Titular de CRI de forma independente no âmbito da Assembleia Especial, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Embraseel Genial II 144", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o inciso "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, por analogia, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>); nas páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e fornecido na Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de março de 2026

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

MATEUS MAIA/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), afirmou ontem, que há brechas a serem atacadas na administração Tarcísio de Freitas em São Paulo, mas que não sabe se é possível fazê-lo devido a uma blindagem que ele julga haver do governador. Ele deu entrevista ao programa Alô, Alô Brasil do jornalista José Luiz Datena, na Rádio Nacional.

"Eu tenho recebido de informação, inclusive da base, do magistério, da base, da polícia, que está demonstrando um grau de insatisfação bastante grande. Mas eu não sei até que ponto é possível explorar isso por causa da blindagem que se faz ao Tarcísio. Não se fala do governo, não se fala de realização, não se fala de nada", afirmou.

Ele criticou inclusive a im-

prensa por não abordar essas vulnerabilidades do governador, dizendo que a mídia tem lado e não há equilíbrio na cobertura.

Haddad evitou se colocar como candidato ao governo, apesar de estar cotado para a disputa, dizendo que qualquer um que seja o nome terá que atacar essas vulnerabilidades de Tarcísio. Citou até que pode ser coordenador de programa de governo.

"Nós nunca tivemos um governo progressista em São Paulo. É importante dizer... No que dependa da minha colaboração, como coordenador de programa ou o que quer que seja, eu vou concorrer para que nós possamos discutir projetos. E parar com essa coisa, com essa briga de rua que não leva a lugar nenhum. Discutir projetos, discutir ideias, discutir programa", declarou.



WILSON DIAS/ABRASIL

INFLUENCIADOR

Inelegível, Marçal anuncia filiação ao União Brasil para ‘tumultuar eleição’

MARIA MAGNABOSCO/AE

O influenciador e ex-coach Pablo Marçal anunciou que irá se filiar ao União Brasil em cerimônia em São Paulo na próxima sexta-feira. Marçal que disputou o cargo de prefeito da capital paulista em 2024 foi declarado inelegível por oito anos, pela Justiça Eleitoral do Estado.

Marçal foi condenado à inelegibilidade em fevereiro de 2025 por vender apoio político na campanha de 2024. Em vídeo publicado nas redes sociais, ele se ofereceu para gravar vídeos divulgando candidatos a vereador por R\$ 5 mil.

Ao Estadão, Marçal afirmou que está convicto de que as ações

serão revertidas na Justiça.

"Eu, enquanto jurista, tenho convicção nisso, não pensando como polo passivo, né? Mas, pelo fundamento das ações, de onde vêm as ações, acabou vindo de PSOL, de PT, de lugares que provocam essas distrações", diz o influenciador.

Dirigentes do partido informaram à reportagem que a intenção é reverter a condenação de Marçal na Justiça Eleitoral para que ele possa concorrer ao Senado Federal pela sigla.

Segundo Marçal, sua intenção é filiar-se ao União Brasil para "livrar a nação do PT". Ele diz estar "aberto para jogar na posição que mais ajudar o povo".

Pablo Marçal foi candidato à

Prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2024 e terminou em terceiro lugar, com 1 719.274 de votos (28,14% dos votos válidos).

Ao se oferecer para divulgar os vereadores, ele afirmou que estava "concorrendo em uma eleição desleal" porque não usou dinheiro público enquanto "os 'bonitões' gastam R\$ 100 milhões para fazer propaganda enganosa".

O juiz Antonio Maria Patiño Zorz, da 1ª Zona Eleitoral, declarou Pablo Marçal inelegível por abuso de poder econômico e político, uso indevido de meios de comunicação social e captação ilícita de recursos.

A sentença afirma que a oferta feita pelo influenciador "foi leva-

da a sério por candidatos a vereador que efeturaram doações confirmadas pelo requeridos" e teve "potencialidade para macular a integridade do processo eleitoral em razão do efeito que produziram na consciência política dos cidadãos".

Em novembro de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) aceitou, por unanimidade um recurso apresentado pela defesa de Marçal e rejeitou uma ação que o tornava inelegível no âmbito de um processo ligado a abuso de poder político e econômico nas eleições municipais de 2024. Apesar da decisão, o ex-coach ainda responde a outra ação que o mantém inelegível.

CASTIGO SEM CRIME

Subsecretário é demitido por ter filho envolvido em estupro

O subsecretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do governo do Rio de Janeiro, José Carlos Simonin, foi exonerado ontem. Ele é pai de Vitor Simonin, um dos envolvidos no estupro coletivo contra uma jovem de 17 anos ocorrido em Copacabana, no mês passado. Segundo a Secretaria, a medida foi adotada no âmbito administrativo, visando resguardar a

integridade institucional e assegurar a condução responsável dos fatos noticiados. “A Pasta reafirma seu compromisso com a dignidade humana e a preservação da vida”, informou em nota. Vitor está foragido, assim como outro integrante do grupo, Bruno Felipe dos Santos Allegratti. Outros dois envolvidos, Matheus Veríssimo Zoel Martins e João Gabriel Xavier Bertho, já se entregaram para a Polícia.

De acordo com as investigações, em janeiro deste ano, a vítima foi convidada por um aluno da sua escola para ir à casa de um amigo. Quando chegaram ao prédio, o adolescente insinuou que fariam “algo diferente”, o que foi recusado imediatamente pela jovem. No interior do apartamento, a vítima foi conduzida a um quarto, onde ficou trancada com quatro homens que insis-

tiam para ela manter relações com eles. Com a negativa, eles passaram a despir-se e a praticar atos libidinosos mediante violência física e psicológica contra ela. A Polícia Civil do Rio de Janeiro confirmou que investiga mais dois casos de estupro cometidos contra alunas adolescentes do Colégio Federal Pedro II e praticados por integrantes do mesmo grupo.

Novos casos de estupro por grupo de Copacabana são investigados no Rio

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

A Polícia Civil do Rio de Janeiro confirmou que investiga mais dois casos de estupro cometidos contra alunas adolescentes do Colégio Federal Pedro II e praticados por integrantes do mesmo grupo que estuproou uma estudante de 17 anos, em janeiro deste ano, em Copacabana. Uma das denúncias envolve uma menina que tinha 14 anos à época e que agora está com 17. À 12ª Delegacia de Copacabana, que investiga os casos, a segunda jovem disse, em depoimento, na segunda-feira passada, que os acusados sugeriram ter gravado imagens da violência, em 2023, como forma de chantagem-a não denunciá-los.

A mãe dessa vítima ainda contou aos investigadores que, assim como a primeira vítima, a jovem conhecia um dos envolvidos, o único adolescente, da escola, o Colégio Pedro II. O crime teria acontecido na casa de Matheus Veríssimo Zoel Martins, que se entregou a polícia civil ontem, por ter participado do primeiro caso. Ele estava foragido. "O que chamou a atenção da gente é que o modus operandi

foi exatamente o mesmo: o adolescente infrator tinha a confiança da vítima, uma menina de 14 anos, à época, atraiu ela para um apartamento e lá, junto com ele estava o Matheus, preso aqui conosco, e mais uma terceira pessoa", revelou o delegado responsável pelo caso, Antônio Lages. A polícia pretende solicitar análise telemática para recuperar dados de celulares dos denunciados. Um terceiro caso foi descoberto nesta terça-feira. No depoimento à 12 Delegacia de Polícia, a mãe da vítima relatou que Vitor Hugo Oliveira Simonin teria estuproado a filha dela durante uma festa junina, em um salão de festas, em outubro de 2025.

"Como está muito no começo das investigações ainda, não sei se o ato foi praticado pelo grupo inteiro ou por um deles apenas", esclareceu o delegado. Ele não deu mais detalhes sobre o local e a vítima. O delegado reforça o pedido para que eventuais vítimas dos estupradores procurem a polícia para denunciar os fatos. "A adolescente que foi vítima (em Copacabana) saiu do apar-

tamento muito abalada, mas ela conseguiu contar para o irmão, para a mãe, e a mãe não teve dúvida, procurou a polícia". A corporação tentou fazer a prisão em flagrante, mas não encontrou os rapazes no dia. Lages disse que, nesse caso, o depoimento da vítima coincidiu com as lesões identificadas pelo exame de corpo de delito, o que acendeu o alerta da polícia para a gravidade do caso. "Ela tinha lesões no órgão sexual, nas costas, nas nádegas, inclusive, uma suspeita de fratura da costela, isso foi constatado pelo legista", disse o delegado, sobre o estado em que a menina foi deixada.

ACUSADOS

A previsão de Lages é que os dois envolvidos que ainda não se entregaram se apresentem à polícia. "Dois já se entregaram e estamos em tratativas para que os demais se entreguem nas próximas horas ou, no máximo, amanhã". Todos eles, segundo as investigações, estão no país. Vitor Simonin e Bruno Felipe dos Santos Allegratti são considerados foragidos. O primeiro, que está envolvido em pelo menos dois dos casos investigados,

é filho do subsecretário de governança da Secretaria de Desenvolvimento e Direitos Humanos, José Carlos Simonin. O governo do Estado disse que o subsecretário José Carlos Simonin será exonerado ontem. O adolescente infrator, que teria sido o responsável por atrair a vítima para emboscada, por conhecê-la no Pedro II, ainda não tem mandado de prisão expedido contra ele. Já João Gabriel Xavier Bertho, reconhecido pela primeira vítima e réu, também se entregou. Segundo seu advogado, Rafael de Piro, o réu nega o crime. "A Justiça de forma isenta, irá apurar os fatos e decidirá pela impropriedade da denúncia", afirma. Na delegacia, Bertho não deu depoimento. Lages também ressalta a importância de os jovens, ao se relacionarem sexualmente, respeitarem os limites do outro. "O que deve ficar claro, principalmente para os meninos, é que não é não. Isso é fundamental. A vítima do primeiro caso deixou muito claro, a todo momento, que não se relacionaria com mais ninguém (além do adolescente) em vários momentos", destacou.

REGRAS

Câmara aprova comercialização de remédios em supermercados

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira passada o Projeto de Lei 2158/23, que autoriza a instalação para um setor de farmácias no interior de supermercados – desde que em ambiente físico delimitado, segregado e exclusivo para a atividade. A proposta agora segue para sanção presidencial. Para o relator, deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO), a medida facilita o acesso da população a drogarias, sobretudo em cidades de pequeno porte. “Existem dificuldades de acesso enfrentadas pelos consumidores que residem em pequenos municípios, nas regiões mais remotas do Brasil, devido à ausência de farmácias nesses locais”, argumentou o parlamentar. Já para a deputada Maria do Rosário (PT-RS) (**foto**) a medida, além de representar um risco e um incentivo à automedicação, cede aos interesses da indústria farmacêutica. “A pessoa que pega o medicamento vai pegar também pão”, disse. “É um absurdo. É ceder ao interesse e lobby dos segmentos vinculados aos grandes laboratórios”, completou.

ENTENDA

De acordo com o texto, embora a farmácia em questão possa operar sob a mesma identidade fiscal do supermercado ou por meio de contrato com drogaria li-

cenciada e registrada nos órgãos competentes, ela terá que seguir as mesmas exigências sanitárias e técnicas vigentes, incluindo:

- presença obrigatória de farmacêuticos legalmente habilitados durante todo o horário de funcionamento da farmácia;
- dimensionamento físico e estrutura de consultórios farmacêuticos;
- recebimento, armazenamento, controle de temperatura, ventilação, iluminação e umidade adequados;
- rastreabilidade, assistência e cuidados farmacêuticos.

O projeto de lei restringe a oferta de medicamentos em áreas abertas, comunicáveis ou sem separação funcional completa, como bancadas, estandes ou gôndolas externas ao espaço da farmácia ou drogaria.

CONTROLE ESPECIAL

Em casos de compra de medicamentos de controle especial, quando há retenção da receita médica, o texto determina que a entrega do remédio só aconteça após o pagamento. Tais medicamentos poderão ser transportados do balcão de atendimento da drogaria até o local de pagamento em embalagem lacrada, inviolável e identificável.

COMÉRCIO ELETRÔNICO

O projeto permite às farmácias licenciadas e registradas pelos ór-

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ABRASIL



gãos competentes contratarem canais digitais e plataformas de comércio eletrônico para fins de logística e entrega ao consumidor, desde que assegurado o cumprimento integral da regulamentação sanitária aplicável.

CATEGORIA

Em nota, o Conselho Federal de Farmácia avaliou que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados reduz danos, mantendo as exigências sanitárias já previstas no Senado, além de atender a pontos classificados como centrais e defendidos pela entidade. “O parecer aprovado reafirma que a instalação de farmácias em supermercados somente poderá ocorrer se forem farmácias completas, com espaço físico segregado, presença obrigatória de farmacêutico responsável técnico, cumprimento integral das normas sanitárias e fiscalização sanitária.”

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Celebração penitencial durante a Quaresma

O período quaresmal teve seu início na Quarta-feira de Cinzas, dia 18 de fevereiro. É um período longo, que dura cerca de quarenta dias e vai até a Quinta-feira Santa à tarde. Um tempo forte, em que a Igreja nos convida a realizarmos práticas penitenciais como oração, jejum e caridade. Ao longo da Quaresma, somos convidados a mudar de vida, ou seja, temos que entrar na Quaresma de um jeito e sair de outro; algo deve ser mudado em nós. Um período de penitência, conversão e mudança de vida. Por isso, ao longo do período quaresmal, somos convidados a nos reconciliarmos com o Senhor através do sacramento da confissão. A Igreja recomenda que, ao menos uma vez ao ano, nos confessemos por ocasião da Páscoa do Senhor. É claro que, se possível e conforme sentir necessidade, pode-se e deve-se confessar ao longo do ano, mas o período propício, o tempo favorável, é a Quaresma.

No Sábado Santo à noite, renovamos as promessas do Batismo na celebração da Vigília Pascal. Através do Batismo, somos lavados e purificados de toda a mancha do pecado; tornamo-nos novas criaturas. Por isso, somos convidados a entrar na Quaresma de um jeito e chegar à celebração da Páscoa de outro. Dessa forma, somos convidados a nos confessarmos ao longo da Quaresma para podermos participar, de maneira pura, das celebrações pascais.

A Igreja oferece meios, ao longo do tempo quaresmal, para que realizemos a nossa confissão sacramental. Uma das formas é possibilitar aos fiéis a participação na celebração penitencial. Nessa celebração, são meditados textos de caráter penitencial; o sacerdote profere a homilia e faz reflexões para que todos os fiéis examinem as suas consciências e, depois, se confessem. A celebração continua com as preces e a oração do Pai-Nosso. Após a oração, o sacerdote se dirige ao confessorário e aguarda os fiéis para a confissão auricular, pois não pode dar a absolvição geral.

Outro meio que a Igreja oferece para que realizemos uma boa confissão auricular é através da missa penitencial, que algumas paróquias promovem, normalmente, às sextas-feiras de madrugada. Essa missa tem caráter penitencial e prepara o nosso coração para realizarmos a confissão auricular, pois intensifica em nós o espírito penitencial.

Ao longo desse tempo quaresmal, as paróquias costumam realizar o mutirão de confissões, com o intuito de possibilitar que um número maior de fiéis busque o sacramento da confissão auricular, pois, no mutirão, os padres das paróquias vizinhas (forania) ajudam no atendimento. Procure se informar em sua paróquia quando acontecerá o mutirão de confissões e busque o sacramento para chegarmos renovados à Páscoa.

Para nos confessarmos bem, é necessário um preparo, ou seja, aquilo que chamamos de exame de consciência. O preparo espiritual para a confissão consiste em meditar os Dez Mandamentos da Lei de Deus e verificar em quais não fomos fiéis, bem como recorrer à Lectio Divina, isto é, à meditação da Palavra de Deus. Podemos fazer isso em casa ou ao chegar à igreja, antes de nos dirigirmos ao confessorário. É prudente chegar um pouco antes, ter um momento a sós com o Senhor, rezar e, depois, dirigir-se ao confessorário. Façamos isso ao longo desse tempo quaresmal e confiemos na misericórdia do Senhor.

Não podemos confundir penitência e recolhimento com tristeza; pelo contrário, principalmente após a confissão, o nosso coração deve se encher de alegria. O período da Quaresma é um tempo de reflexão, oração e intimidade com o Senhor, mas não é tempo de luto ou tristeza. Ao longo do período quaresmal, somos convidados a ir ao deserto com Jesus e a vencer as tentações. Recordamos também os quarenta anos em que o povo de Deus peregrinou no deserto até chegar à terra prometida.

O tempo da Quaresma é uma passagem (êxodo): passagem da morte para a vida e da escravidão para a liberdade. Somos convidados a sair da escravidão do pecado e caminhar para a liberdade em Deus. Além disso, somos chamados a morrer para o pecado e ressurgir para uma vida nova em Deus.

Enquanto Jesus sofria as tentações no deserto, pedia a Deus o perdão dos pecados de todo o povo; e, enquanto o povo de Deus peregrinava no deserto, também pedia o perdão de seus próprios pecados. Por isso, o sentido de irmos ao deserto é penitencial: um tempo para nos encontrarmos com Deus, e é isso que fazemos no tempo quaresmal. Quando realizamos procissões ao longo desse tempo, recordamos o que o povo de Deus fez no deserto e nos colocamos a caminho, ao encontro do Senhor. A procissão tem um sentido penitencial; tenhamos isso em mente ao longo desse tempo quaresmal e preparemo-nos, a cada dia, para a Páscoa do Senhor, pedindo o perdão de nossos pecados, buscando a confissão e rezando uns pelos outros.

A confissão é um passo importante para celebrarmos a Páscoa. Algumas pessoas dizem que se confessam somente com Deus e não com o sacerdote, mas é necessária a confissão diante do ministro da Igreja, pois ele é instrumento do Senhor para nos conceder o perdão. Quando o sacerdote nos acolhe na confissão auricular, é o próprio Cristo nos acolhendo, pois o padre, naquele momento do sacramento, é representante de Cristo: ele nos acolhe com misericórdia e nos concede o perdão.

Busquemos a confissão sacramental em vista da preparação para a Páscoa. Procurem, ao longo desse tempo da Quaresma, os horários de confissão em sua paróquia e informem-se se haverá mutirão de confissões. Sobre tudo, se há bastante tempo que você não se confessa, eis o tempo oportuno para procurar a reconciliação com Deus. Eis o tempo de conversão, eis o dia da salvação.

Aprovação

Projeto proíbe nomear como leite e carne produtos vegetais

VICTOR OHANA
E ISADORA DUARTE/AE

A Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada de ontem, um projeto que proíbe o uso de denominações de produtos de origem animal em produtos de origem vegetal. A proposta vai para a análise do Senado Federal.

O projeto é de autoria da ex-deputada e senadora Tereza Cristina (PP-MS) e teve como relator o deputado Rafael Simões (União Brasil-MG).

De acordo com o texto, é considerado "leite" o produto da secreção mamária das fêmeas de animais mamíferos, proveniente de uma ou mais ordenhas nos termos da regulamentação do Ministério da Agricultura e Pecuária. A proposta define também as denominações "produto lácteo", "produtos lácteos compostos", "mistura láctea" e "produto similar ao lácteo".

Da mesma forma, o projeto estabelece que "carne" compreende todos os tecidos comestíveis de animais de açougue, englobando músculos, com ou sem base óssea, gorduras e vísceras, in natura ou processados, extraídos de animais abatidos sob inspeção veterinária. Há em seguida as especificações de "produtos similares à carne" e "produtos de origem vegetal (plant based)".

A proposta diz que "os produtos de origem vegetal não poderão receber denominação dos produtos de origem animal sujeitos a inspeção industrial e sanitária".

São reservadas exclusivamente aos produtos lácteos as

palavras manteiga, leite condensado, requeijão, creme de leite, leites fermentados, iogurte, coalhada, cream cheese e outras admitidas em regulamento.

Também ficam reservadas à carne as palavras bife, steak, hambúrguer, filé, nuggets, presunto, apressuntado, salsicha, linguiça, bacon, torresmo, expressões que designam cortes específicos e outras admitidas em regulamento.

Os fabricantes de alimentos ficam obrigados a exibir, em rótulos, embalagens e publicidade a informação clara, ostensiva e em língua portuguesa sobre a natureza e a composição nutricional dos produtos. O projeto veda o uso de recurso para tornar a informação enganosa ou para omissão.

Os estabelecimentos do ramo de alimentação que comercializarem produtos similares produtos similares aos lácteos, às carnes ou os utilizem no preparo de alimentos também ficam obrigados a exibir a informação clara, em publicidade, balcões, gôndolas e cardápios.

O projeto define ainda o que é considerado mel: "produto alimentício oriundo ou que contenha, na forma e na proporção definida em regulamento, ingrediente resultante do recolhimento, da transformação e da combinação com substâncias específicas próprias, por abelhas melíferas, do néctar das flores, das secreções de partes vivas das plantas ou de excreções de insetos sugadores que se desenvolvem sobre as partes vivas de plantas".

Candidatura

Haddad: devo ter reunião nesta semana para bater martelo

MATEUS MAIA/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, que deve ter uma reunião nesta semana com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para bater o martelo sobre uma possível candidatura em São Paulo. Ele deu entrevista ao programa Alô, Alô Brasil do jornalista José Luiz Datena, na Rádio Nacional.

"Ela não foi marcada ainda. Ela será marcada conforme o presidente anunciou. Mas ela não foi marcada ainda. Eu acredito que deve acontecer esta semana, a depender da agenda do presidente", afirmou.

Haddad não quis dizer se aceitaria ser candidato ao governo de São Paulo, dizendo que não iria antecipar uma reunião que ainda nem está formalmente marcada. Disse

que há tempo e que estão tendo essa discussão com muito tempo de antecedência. Declarou que a "escalação" será feita da melhor forma possível.

"Eu não vou me antecipar a uma reunião que não aconteceu ainda. A gente está fazendo isso com todo o cuidado e com muita antecedência... Nós temos um tempo, nós temos essas duas, três semanas para discutir melhor o cenário e verificar em que posição cada um pode ajudar mais e colaborar com esse projeto de reconstrução do País", completou.

Haddad, entretanto, afirmou que está ligado a um projeto e que para ele não existe "voo solo". Declarou ter um propósito para acabar com a desigualdade no País e que a ansiedade é inimiga da política.

Nota

DIRETÓRIOS DO MDB ORGANIZAM MANIFESTO CONTRA ALIANÇA NACIONAL DO PARTIDO COM LULA

Diretórios estaduais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 17 Estados organizaram um manifesto contra a aliança nacional do partido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O documento foi entregue ao presidente nacional da sigla, o deputado federal Baleia Rossi (SP), com um pedido para que a sigla se mantenha neutra nas eleições em outubro. A manifestação ocorre em meio a negociações de bastidores entre o presidente Lula e dirigentes do MDB sobre a possibilidade de indicação de um nome da sigla para a vaga de vice-presidente na chapa à reeleição, em outubro. Mesmo tendo nomes próximos ao governo federal, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o MDB reúne grupos com posições diferentes dentro do partido. Lideranças regionais, principalmente de Estados governados pelo centro ou pela direita, preferem que a sigla se distancie da chapa petista.

Compulsão

SUS inicia teleatendimento de pessoas viciadas em bets

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha (foto), anunciou ontem o início do teleatendimento em saúde mental pelo SUS (Sistema Único de Saúde) com foco em jogos de apostas. O serviço é direcionado a pessoas a pessoas com 18 anos ou mais que apresentam compulsão por jogos, além de familiares e rede de apoio.

Realizado em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), o serviço gratuito garantirá assistência especializada a pessoas com compulsão pelas conhecidas bets. A expectativa inicial é a de 600 atendimentos online por mês, mas o ministério poderá ampliar esse número, a depender da demanda. A ideia é chegar a 100 mil atendimentos mensais.

“Somos nós podendo dar mais um passo para acolher e ajudar essas pessoas a sair do sofrimento mental que está diretamente associado à compulsão nas apostas eletrônicas que, além de ser um problema de saúde mental, leva ao acometimento financeiro e problemas familiares. Quando olhamos os dados dos CAPs (Centros de Atenção Psicossocial), vemos, nos últimos anos, de 2 mil a 3 mil atendimentos apenas de pessoas que vão presencialmente falar que têm um problema com compulsão de jogos”, afirmou Padilha.

As consultas são realizadas por vídeo, duram em média 45 minutos e fazem parte de ciclos estruturados de cuidado, que podem incluir até 13 consultas por paciente, em grupo com sua rede de apoio ou individualmente. O atendimento é gratuito e confidencial. A equipe é multiprofissional, formada por psicólogos e terapeutas ocupacionais, com apoio de médico psiquiatra quando necessário, além de articulação com assistência social e medicina de família para integração com os serviços locais.

COMO ACESSAR

Para acessar o serviço, o interessado deve se cadastrar por meio do aplicativo Meu SUS Digital. Para utilizar o novo serviço, é preciso baixar o aplicativo, que está disponível de forma



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

gratuita nas lojas Android, IOS ou na versão web, fazer login com a conta gov.br e, na página inicial, clicar no item “Miniapps”. Em seguida, selecionar a opção “Problemas com jogos de apostas?”.

A pessoa terá acesso a um autoteste, baseado em evidências científicas e validado no Brasil por especialistas, com perguntas que ajudam a identificar sinais de risco e orientar o próximo passo. Se o resultado indicar risco moderado ou elevado, o encaminhamento para o teleatendimento é automático. Nos casos de menor risco, o aplicativo orienta a procurar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que inclui desde Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) a Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O Meu SUS Digital também conta com conteúdos informativos sobre sinais de alerta, prevenção e impacto da prática na saúde mental. Além disso, a Ouvidoria do SUS está treinada e preparada para orientações sobre o tema. Os profissionais atendem pelo telefone 136, por teleatendimento, via formulário, WhatsApp ou chatbot no site do Ministério da Saúde. Todas as informações seguem as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Um estudo recente apontou que as bets provocam perdas econômicas e sociais ao país estimadas em R\$ 38,8 bilhões anualmente. “Esta ação do Ministério da Saúde é mais uma resposta ao fenômeno recente

de comportamentos problemáticos relacionados a jogos e apostas, principalmente online. A procura espontânea por atendimento presencial ainda é baixa, muitas vezes por vergonha, medo de julgamento ou dificuldade de reconhecer o problema. Desta forma, o teleatendimento foi estruturado justamente para ampliar o acesso ao cuidado deforma reservada, segura e acessível”, diz o ministério.

CAPACITAÇÃO

Segundo Padilha, a pasta está capacitando os profissionais de saúde para esse atendimento específico, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Foram oferecidas 20 mil vagas aos trabalhadores da saúde.

“Nós já tivemos 13 mil inscrições para o curso e 1,5 mil já concluíram essa formação. Temos mais 7 mil vagas e acredito que teremos que abrir mais quando esse número acabar. Esse plano de cuidado tem como objetivo, se possível, resolver a compulsão com o teleatendimento. Senão, poder direcionar essa pessoa para o conjunto da Rede de Atenção Psicossocial”, ressaltou.

O teleatendimento faz parte da Linha de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas, que também contém orientações clínicas encontradas no Guia de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas.

BLOQUEIO

Dentro do conjunto de ações do governo federal para prevenir e auxiliar na compulsão por apostas online, há também a Plataforma de Autoexclusão Centralizada, para o bloqueio de sites de apostas, disponível desde dezembro passado. A ferramenta permite ao apostador que deseja interromper o vício, solicitar ser bloqueado dos sites de apostas, além de deixar seu CPF indisponível para novos cadastros ou para o recebimento de publicidade das bets. Pela plataforma, é possível escolher por quanto tempo o apostador deseja bloquear os sites de aposta: dois meses, seis meses, ou indeterminado. O cadastro pode ser feito pelo endereço eletrônico gov.br/autoexclusaoapostas, utilizando conta gov.br de nível prata ou ouro.

“Mais de 300 mil pessoas já estão se tratando ao se autoexcluir, reduzindo a exposição a esse risco, inclusive com bloqueio das propagandas. E a maioria das pessoas que acessou a plataforma selecionou o bloqueio por tempo indeterminado”, aponta Padilha.

Ele destaca que, quando o usuário se autoexclui, por meio do CPF é possível saber qual é o cartão SUS dele e se frequenta alguma Unidade Básica de Saúde.

"O esforço é identificar riscos graves de saúde mental e encaminhá-la para o atendimento corretamente e rapidamente”, disse Padilha.

Desrespeito à Corte

TCE-RS pagou penduricalho de R\$ 14,3 mi após proibição de Dino

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

Ao arrepio da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino (foto), que suspendeu liminarmente o pagamento de penduricalhos no serviço público em todo o País, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul desembolsou, em 18 de fevereiro - duas semanas após a ordem de Dino -, R\$ 14,3 milhões em licença-prêmio aos seus servidores.

Em nota ao Estadão, o tribunal informou que o valor pago é "um direito funcional reconhecido pelo Poder Judiciário cuja implementação pela via administrativa, a um só tempo, evita a judicialização em massa do tema".

O TCE afirma que não se trata de penduricalho. Segundo o tribunal, o valor de R\$ 14,3 milhões se refere a um 'ajuste na base de cálculo das indenizações de licenças-prêmio a servidores, autorizado por decisão administrativa, com fundamento em jurisprudência pacífica do



WILSON DIAS/ABRASIL

Superior Tribunal de Justiça, aplicada pela administração pública em âmbito nacional".

O pagamento, não detalhado pela Corte no Portal da Transparência do órgão, foi efetuado 13 dias após a liminar do ministro Flávio Dino, que ordenou em 5 de fevereiro a revisão dos super-salários e benefícios a perder de vista que elevam os contracheques a patamares do funcionalismo a até cinco vezes maior que o teto - R\$ 46,3 mil bruto, ou cerca de R\$ 35 mil líquido.

Em 2025, a Corte gaúcha pa-

gou R\$ 100 mil em licença-prêmio aos integrantes do tribunal, ou 143 vezes a menos do que o pagamento efetuado em fevereiro último.

Ao todo, 794 servidores foram contemplados, a maioria ainda na ativa, além de parte já aposentada. Os sete conselheiros do tribunal não integram esse grupo, segundo a assessoria da Corte.

O montante pago refere-se a indenizações de licença-prêmio acumuladas desde 2017. Segundo o TCE, a revisão administrativa gerou o crédito aos servidores que

'deixaram de usufruir do benefício por necessidade de serviço'.

No despacho que ameaça, nas palavras do ministro, o 'Império dos Penduricalhos', Dino fez duras críticas aos contracheques milionários do serviço público que se espalham pelo País. Ele classificou esse quadro como "violação massiva" da Constituição.

A decisão de Dino foi tomada no âmbito de ação apresentada por uma associação de procuradores municipais da Praia Grande, no litoral de São Paulo. Dino entendeu, no entanto, que o tema já foi tantas vezes discutido e "há tantos exemplos de pagamentos irregulares" que decidiu ampliar o alcance da medida para os demais poderes, além do Judiciário, incluindo o Executivo e o Legislativo no pente fino.

Somada a uma liminar do ministro Gilmar Mendes, que também criticou pagamentos que extrapolam o teto constitucional, a decisão de Dino será analisada pelo Plenário do STF em 25 de março.

VALINHOS

Lula visita fábrica que fornece 19 milhões de produtos ao SUS

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) visitou ontem a farmacêutica Bionovis, na cidade de Valinhos (SP). Fundada em 2012 pela união dos laboratórios Aché, EMS, Hypera Pharma e União Química, a fábrica se dedica ao desenvolvimento e produção de medicamentos biológicos de alta complexidade, e fornece cerca de 19 milhões de seringas e frascos de produtos farmacêuticos a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Durante a visita, o Lula destacou que o papel do Etado não é ser produtor. "Ele não tem que ser a fábrica. Ele tem que ser o indutor, tem que ter política de crédito, de financiamento e ajudar na produção. Quando beneficia as pessoas, todo mundo ganha".

O presidente da República estava acompanhado do presidente da Bionovis, Odinir Finotti, do vice-presidente Geraldo Alckmin, e dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Padilha (Saúde) e Simone Tebet (Planejamento).

Lula também destacou ser fundamental que os investimentos estratégicos do país sejam orientados a garantir qualidade de vida à população e fez uma crítica ao contexto internacional de conflitos armados.

"Se você lugar a televisão de noite, está falando de guerra, de mísseis, de invasão. E aqui estamos falando de salvar vidas. Isso aqui é nosso míssil, não um mís-



PAULO PINTO/ABRASIL

sil para matar, mas para salvar", disse o presidente, ao exibir caixas de medicamentos que custam até R\$ 6 mil por seringa, mas que são oferecidos gratuitamente pelo SUS..

"O paciente precisa tomar de 20 a 25 seringas dessa por ano para controlar uma doença como a artrite reumatoide", destacou o presidente da Bionovis, Odinir Finotti. "Graças ao SUS, o Ministério da Saúde adquire esse produto pagando 80% menos do que ele custaria numa clínica. Esse produto é feito aqui na Bionovis e chega a todo o povo brasileiro", acrescentou.

Segundo o governo federal, a

política de fortalecimento do complexo industrial da saúde e soberania nacional na produção de medicamentos e insumos para a população conta com investimentos que atualmente somam R\$ 15 bilhões em inovação e desenvolvimento industrial.

"Sem política de compras governamentais, isso aqui é impossível. Sem um BNDES, você também não tem condições de planejar uma empresa como essa, que é uma empresa privada, não é uma empresa pública. Mas, se não há uma parceria entre órgãos de Estado, a iniciativa privada, com ambiente de negócios favorável, para venda local

e venda externa, esse projeto não se viabiliza", enfatizou o ministro Fernando Haddad.

No ano passado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento no valor de R\$ 650 milhões para a Bionovis instalar linha de produção industrial pioneira para o desenvolvimento e fabricação de insumos e medicamentos biotecnológicos de alta complexidade na fábrica de Valinhos. Alguns dos insumos atualmente produzidos pela indústria brasileira só eram fabricados em países como China, Estados Unidos, Índia e Coreia do Sul.

FRAUDE DO MASTER

Nikolas Ferreira viajou em jato de Vorcaro na campanha de 2022

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA/ABRASIL

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e o pastor e influencer Guilherme Batista, da Igreja Batista da Lagoinha, usaram, em outubro de 2022, um jato (prefixo PT-PVH) que pertenceria ao empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Nikolas e o pastor viajaram na aeronave na caravana Juventude pelo Brasil, que apoiava o ex-presidente Jair Bolsonaro, durante 10 dias no mês de outubro (20 a 28 de outubro) daquele ano, antes do segundo turno das eleições.

Eles utilizaram a aeronave modelo Embraer 505 Phenom 300 com o objetivo de chegar a todas as capitais do Nordeste,

além de Brasília e cidades mineiras.

A informação foi revelada pelo jornal O Globo, ontem. Além dos voos para o Nordeste, o avião pousou também em Brasília.

Segundo o veículo, os percursos foram confirmados a partir da análise dos sinais emitidos pelo transponder da aeronave, monitorados por ferramentas específicas disponíveis online. O histórico de navegação coincidia com o trajeto da campanha "Juventude pelo Brasil".

Outra evidência foi uma foto publicada no Instagram da influenciadora cristã Jey Reis, em que Nikolas Ferreira e o pastor estão em frente à aeronave.

Em novembro de 2025, Vorcaro e outros acusados foram

alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF) para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as investigações preliminares, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

DESCONHECIMENTO

Em nota à imprensa, o deputado Nikolas Ferreira disse que utilizou a aeronave para o evento político sem saber que o proprietário do avião era Daniel Vorcaro. Ele afirma que tomou ciência apenas "posteriormente".

"Minha presença no voo se deu exclusivamente em razão do convite para a agenda de campanha, sem qualquer vínculo pessoal, comercial ou institucional com o dono da aeronave, que posteriormente se soube tratar-se de Daniel Vorcaro".

Nikolas argumentou que, em 2022, o nome citado não era de conhecimento público "nem havia qualquer informação que levantasse qualquer tipo de alerta".

O parlamentar considerou que, mesmo que houvesse a tentativa de identificar o proprietário da aeronave naquele momento, "não existia qualquer elemento que indicasse situação irregular ou que justificasse questionamento".

STF

Flávio Dino proíbe saques em espécie de emendas parlamentares

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem proibir a realização de saques em espécie de valores oriundos de emendas parlamentares. A medida também alcança recursos transferidos para contas de empresas beneficiárias dos recursos.

A decisão foi tomada no processo da Corte que trata de medidas de transparência e rastreabilidade de emendas.

O ministro afirmou que a proibição de saques não impede a movimentação financeira para pagamento de fornecedores e prestadores de serviços. Segundo Dino, os repasses poderão ser feitos por meio de transferências eletrônicas, incluindo PIX.

BLOQUEIO

Em agosto do ano passado, Flávio Dino determinou que o Banco do Brasil, a Caixa e o Banco do Nordeste adaptassem seus sistemas eletrônicos para

impedir repasses das emendas por meio de contas de passagem e através de saques na boca do caixa. Contudo, foram constatadas que inconsistências ainda permanecem.

Dino também determinou que o Banco Central regulamente, no prazo de 60 dias, os saques de emendas. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) também deverá participar do trabalho.

EMENDAS

Em 2024, após tomar posse no Supremo, Flávio Dino assumiu a condução dos processos que tratam da transparência no repasse das emendas.

Em fevereiro do ano passado, Dino homologou o plano de trabalho no qual o Congresso se comprometeu a identificar os deputados e senadores responsáveis pelas emendas ao Orçamento e os beneficiários dos repasses. A medida liberou o pagamento dos recursos, que chegaram a ser suspensos por falta de transparência.

PAÍS NÃO VAI QUEBRAR

Tebet rebate críticas e apoia fim da escala de trabalho 6 por 1

EDUARDO LAGUNA, GEOVANI BUCCI E GABRIEL HIRABAHASI/AE

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu ontem, o fim da escala 6x1, a principal bandeira eleitoral do governo no Congresso, na sessão solene de abertura da 2ª Conferência Nacional do Trabalho (CNT), em São Paulo.

"Dizer que um país como este não suporta e vai quebrar com o fim da escala 6x1 é não conhecer a realidade do Brasil", disse a ministra. "Dizer que o Brasil não suporta o fim da escala 6x1 é desobedecer a Constituição Federal. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei e diz quais são os direitos sociais."

Tebet também defendeu o fim da escala sem redução de remuneração, argumentando que a medida é possível e justa. Ela acrescentou que, ape-

sar de o Brasil ser um país muito rico, grande parte da população ainda vive em condições de pobreza.

Com foco nas "mulheres trabalhadoras" em seu discurso, Tebet salientou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumpriu a promessa de campanha ao garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres. Segundo ela, se mulheres e homens têm a mesma produtividade no trabalho, devem receber o mesmo salário.

Tebet é considerada pré-candidata ao Senado por São Paulo. Nos bastidores, também cogitam o seu nome ao governo estadual.

Também compareceram ao evento o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Márcio França (Empreendedorismo) e Luiz Marinho (Trabalho).

REAL TIME

Lula lidera no 1º turno e empata no 2º com Flávio e Ratinho Jr.

MARIA MAGNABOSCO/AE

A Pesquisa Real Time Big Data divulgada ontem mostra que, na disputa presidencial com o senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera com 39% das intenções de voto contra 32% do senador do PL no primeiro turno.

Neste cenário, o governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD) aparece com 9%, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) com 2%, o ex-deputado federal Aldo Rebelo (DC) com 2% e Renan Santos (Missão) com 2%. Os votos brancos e nulos somam 7% e, os que não sabem ou não responderam, também 7%.

No segundo cenário, com o nome do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), o presidente Lula tem 40% das intenções de voto, seguido por Flávio, com 34%.

Leite tem 4% e Zema, 3%. Nulos e brancos somam 7% e os que não sabem ou não responderam são 8%.

Num terceiro cenário em que o candidato do PSD é o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, Lula registra 40%, Flávio tem 33%, Caiado soma 5% e Zema registra 3%. Brancos e nulos somam 7% e os que não sabem ou não responderam são 8%.

Já na pesquisa espontânea, Lula tem 29% das intenções de voto, enquanto Flávio Bolsonaro tem 19% e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem 4%. Ratinho Jr e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) pontuam 2%. O ex-governador Ciro Gomes (PSDB) marcou 1%. Outros 15% votaram branco ou nulo e 26% não souberam responder.

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

Ex-assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro Filipe Martins retornou para a Cadeia Pública Hildebrando de Souza, em Ponta Grossa, cidade onde residia quando foi preso, no Paraná, ontem.

Filipe Martins havia sido transferido em janeiro para o Complexo Médico Penal, na Região Metropolitana de Curitiba, sem comunicar a Corte. Na última quinta-feira, 26, Moraes pediu explicações à Polícia Penal do Paraná sobre a transferência.

No domingo passado, o STF informou que as informações

solicitadas não haviam sido enviadas dentro do prazo, que se encerrou às 17h10 do dia 28. Diante disso, o ministro determinou o retorno do ex-assessor à unidade em Ponta Grossa.

"Embora à Administração Penitenciária incumba a gestão ordinária dos estabelecimentos prisionais, tal atribuição não autoriza a prática de atos que interfiram no cumprimento da pena sem prévia ciência e deliberação judicial. A transferência do réu realizada sem prévia autorização desta SUPREMA CORTE configura indevida mitigação da competência deste Juízo, além de comprometer o regular acompanhamento da execução

penal", justificou Moraes.

A explicação só foi enviada pela Polícia Penal do Paraná ao STF no dia 2 de março. No documento, o órgão sustenta que o Complexo Médico Penal seria um ambiente custodial mais seguro e compatível com a situação apresentada.

A corporação também afirmou que não houve comunicação prévia ao Supremo por causa da urgência operacional identificada. "Tal circunstância não decorreu de desconsideração à autoridade judicial, mas da priorização imediata da proteção do custodiado em cenário considerado sensível pelas áreas técnicas", justificou.

Oriente Médio

Europa defende bases militares e planeja retirada de cidadãos

A guerra entre Estados Unidos e Israel contra o Irã e os ataques retaliatórios de Teerã em todo o Oriente Médio estão rapidamente arrastando a Europa para o conflito, forçando o continente a adotar medidas defensivas para proteger bases militares e retirar cidadãos envolvidos na situação.

O Oriente Médio abriga alguns dos principais parceiros comerciais da Europa e diversas rotas estratégicas. Muitos europeus vivem em cidades como Beirute, Dubai ou Jerusalém, enquanto grandes comunidades de países como Turquia, Egito e os estados do Golfo se estabeleceram por toda a Europa. Os europeus não foram consultados sobre essa operação EUA-Israel, mas agora estão lidando com as consequências.

Embora se recusem a entrar diretamente na guerra, o Reino Unido, a França e a Alemanha afirmaram que trabalharão com os Estados Unidos para ajudar a deter os ataques iranianos. O Reino Unido permitirá que as forças americanas usem bases britânicas para atacar mísseis e locais de lançamento do Irã.

Mas a própria Europa não está imune. O Chipre, detentor da presidência rotativa da União Europeia (UE), teve de insistir que não estava envolvido no conflito depois de um drone do tipo Shahed ter danificado uma base aérea britânica na costa sul da ilha durante o fim de semana. Os drones Shahed foram desenvolvidos pelo Irã, mas já foram usados na Europa, pela Rússia na sua guerra contra a Ucrânia.

Temendo outros ataques em seus países, alguns países europeus também estão reforçando a segurança em estações de trem e aeroportos. Ainda assim, quase nenhum líder europeu criticou os ataques EUA-Israel.

Muitos estão satisfeitos em ver a queda de um regime iraniano que, durante anos, prendeu cidadãos europeus e desafiou os interesses econômicos da Europa.

A Espanha tem sido uma rara voz dissidente. "Pode-se ser contra um regime odioso", disse o primeiro-ministro Pedro Sánchez no domingo, 1º, "e, ao mesmo tempo, ser contra uma intervenção militar injustificável, perigosa e contrária ao direito internacional."

Ao mesmo tempo, contribuir para a estabilidade na instável região do Oriente Médio é uma prioridade europeia. Os receios de uma subida prolongada dos preços do petróleo e a possibilidade de uma nova onda de migração imprevísivel significam que o continente deve manter-se envolvido.

CIDADÃOS RETIDOS

A prioridade da Europa a curto prazo é garantir a segurança de milhares de cidadãos envolvidos na guerra à medida que ela se alastra.

Durante uma reunião de emergência dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE no fim de semana, foram levantadas preocupações sobre a retirada de pessoas. Não foi iniciada nenhuma operação conjunta de retirada, mas uma poderá ser necessária em breve.

A Alemanha afirma que cerca de 30 mil turistas alemães estão retidos em navios de cruzeiro, hotéis ou aeroportos fechados, sem conseguir voltar para casa devido ao conflito. A maioria está no Oriente Médio, mas alguns estão em locais mais distantes, presos porque suas conexões de viagem passam por Abu Dhabi, Catar ou Dubai. Uma retirada militar não foi possível devido ao fechamento do espaço aéreo.

A República Tcheca, por sua vez, enviou dois aviões ao Egito e à Jordânia para reparar cidadãos tchecos, dezenas dos quais viajaram de ônibus a partir de Israel. Outros quatro aviões seriam enviados a Omã para buscar mais alunos dos cerca de 6.700 tche-

cos presentes na região.

INTERESSES DA EUROPA

O Irã vem ameaçando navios no Estreito de Ormuz, a estreita passagem que liga o Golfo Pérsico ao continente, por onde passa um quinto de todo o petróleo comercializado. Alguns navios já foram atacados nessa região. Aumentam os apelos para a União Europeia ajudar a proteger os navios mercantes.

Em resposta, a França enviaria mais dois navios de guerra para reforçar a Operação Aspides, a missão naval do bloco na região. Mas eles só seriam deslocados para o distante Mar Vermelho e Golfo de Aden - portas de entrada para o Canal de Suez, que liga o Mar Vermelho ao Mediterrâneo - para se juntarem a outros três navios já posicionados.

A Operação Aspides foi criada há dois anos para ajudar a defender o tráfego marítimo contra possíveis ataques dos rebeldes Houthi baseados no Iêmen. Mas, embora os Houthi tenham expressado apoio ao Irã, eles não anunciaram imediatamente nenhuma ação militar em seu favor.

Estão em curso discussões sobre uma revisão do mandato da operação e um possível endurecimento das suas regras de atuação, mas não se esperam alterações em breve.

ESTABILIDADE

Manter a estabilidade no Oriente Médio em geral é uma preocupação fundamental para a Europa. Os atos de retaliação do Irã em diversos países foram amplamente condenados.

A chefe da diplomacia da UE, Kaja Kallas, deverá convocar uma reunião com os países do Conselho de Cooperação do Golfo ao nível de ministros das Relações Exteriores ainda esta semana, enquanto o bloco continua tentando tranquilizar os vizinhos do Irã e outros países vulneráveis da região.

"Os ataques do Irã contra vários países do Oriente Médio são indesculpáveis. Os eventos não devem levar a uma escalada ainda maior que possa ameaçar a região, a Europa e outros lugares, com consequências imprevisíveis", disse Kallas após presidir as negociações de emergência de domingo.

A UE pretende conduzir esforços diplomáticos para ajudar a reduzir as tensões e continua com o objetivo de impedir que o Irã adquira armas nucleares, apesar de o seu acordo de desenvolvimento nuclear ter fracassado após o governo Trump retirar os EUA do pacto.

OTAN SE PRONUNCIA

O secretário-geral da Otan, Mark Rutte, afirmou em entrevista que a guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã é crucial para a segurança na Europa. Ele disse que os aliados poderiam apoiar o esforço mesmo sem envolvimento direto em operações militares, por meio de logística e acesso.

Rutte, ex-primeiro-ministro da Holanda, afirmou que aprova incondicionalmente a decisão de Trump de atacar o Irã e matar seu líder supremo, que aumentava a ameaça de um Irã com armas nucleares. "Isso seria um estrangulamento para Israel. Potencialmente, poderia significar a derrota de Israel", disse Rutte à emissora pública alemã ARD em seu estúdio em Bruxelas, na segunda-feira passada.

Questionado sobre a possibilidade da Otan entrar na guerra, Rutte disse que absolutamente ninguém acreditava que a organização se envolveria. "Isto é o Irã, isto é o Golfo, isto está fora do território da Otan", afirmou.

As tropas da Otan estiveram mobilizadas por 18 anos no Afeganistão, e sua campanha aérea de 2011 ajudou a derrubar o falecido líder da Líbia, Muammar Gaddafi.

Guerra no Irã

ONU pede proteção de civis e apuração de ataque a escola

O alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, condenou ontem na escalada dos conflitos entre Israel, Estados Unidos e Irã e pediu a adoção de “todas as medidas possíveis” para proteger civis. Türk destacou o ataque a uma escola primária em Minab, no sul do Irã, que matou dezenas de meninas, e pediu uma investigação

“rápida, imparcial e minuciosa” sobre as circunstâncias do ocorrido.

“Cabe às forças que realizaram o ataque investigá-lo. Apelamos para que tornem públicas as conclusões e assegurem responsabilização e reparação às vítimas”, afirmou a porta-voz do alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Ravina Shamdasani.

No sábado passado, os ata-

ques de Israel e Estados Unidos atingiram uma escola em Minab, sul do Irã, deixando mais de 150 estudantes mortas, segundo a agência estatal iraniana Irna. Mais de 90 crianças ficaram feridas. O caso aconteceu pela manhã, enquanto as alunas estavam em aula, segundo a agência de notícias.

Além da proteção dos civis, o alto comissário pediu o retorno à mesa de negociações, que, se-

gundo ele, é a única maneira de “pôr fim às mortes, à destruição e ao desespero”.

“O alto comissário implora a todas as partes que recuperem o bom senso e ponham fim a essa violência. Ele conclama os Estados a defenderem e respeitarem a Carta das Nações Unidas, o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário”, afirmou Ravina Shamdasani.

Ao menos 30 mil pessoas foram deslocadas no Líbano devido à guerra

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Cerca de 30 mil pessoas deslocadas foram acolhidas em abrigos coletivos no Líbano na última segunda-feira, informou a Organização das Nações Unidas (ONU) ontem. "Muitas outras dormiam em seus carros, à beira das estradas ou estavam presas no trânsito nas vias que saíam do sul do país", disse Babar Baloch, porta voz da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) em coletiva de imprensa.

O exército israelense atacou

diversas áreas no Líbano depois que o Hezbollah (principal força militar do país) lançou foguetes contra Israel na noite de domingo, 1º. A resposta veio depois de ataques dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã.

Grandes deslocamentos estão sendo relatados no sul do Líbano, no Vale do Bekaa e nos subúrbios ao sul de Beirute, capital do país, após Israel emitir alertas de retirada para residentes de mais de 53 vilarejos, em meio a intensos ataques aéreos por todo o país.

A ACNUR disse que tam-

bém houve um aumento nas travessias da fronteira do Líbano para a Síria após as ordens de retirada israelenses. Segundo as autoridades sírias, cerca de 11 mil pessoas cruzaram a fronteira do Líbano na segunda, número superior à média diária.

Principal opositor de Israel no conflito, o Irã abriga 1,65 milhão de refugiados e outras pessoas que necessitam de proteção internacional. Por isso, a ACNUR continua a prestar assistência e apoio a essas pessoas, apesar dos desafios logísticos,

informou a agência da ONU.

Mesmo antes deste conflito, os refugiados no Irã já sofriam com a grave situação econômica do país. A alta inflação e o crescente custo de vida corroeram as frágeis rendas, enquanto o acesso limitado ao emprego deixou muitos com dificuldades para suprir suas necessidades básicas.

Equipes estão fornecendo itens essenciais de socorro às famílias deslocadas que chegam aos abrigos designados pelo governo em todo o Líbano, informou a ACNUR.

FAVIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



Trump ordena ação para ‘fornecer’ seguro contra riscos políticos e garantias marítimas

PATRICIA LARA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que ordenou a corporação de financiamento de desenvolvimento do país (DFC, na sigla em inglês) a fornecer, a um preço muito razoável, seguro contra riscos políticos e garantias para

a segurança financeira de todo o comércio marítimo.

A ordem anunciada em registro do republicano na plataforma Truth Social ontem, ocorre diante da postura de seguradoras internacionais, que comunicaram a seus clientes o cancelamento da cobertura para riscos de guerra, diante da escalada de tensões

entre os Estados Unidos e o Irã.

Companhias especializadas em seguro marítimo como as norueguesas Skuld e Gard, a americana American Club, e as britânicas London P&I Club e NorthStandard anunciaram que eventos ocorridos em águas iranianas, no Golfo Pérsico e arredores, a partir de 5 de março, não esta-

rão cobertos pelas apólices.

Trump disse ainda que mais medidas estão a caminho, enquanto afirmou, mais cedo, que os EUA seguem atacando no Irã, agora com foco nas novas lideranças que assumiram o governo do país depois da morte do líder Supremo em ataque no fim de semana.

Nota

MOJTABA, FILHO DE ALI KHAMENEI, É ELEITO LÍDER SUPREMO DO IRÃ

A Assembleia de Especialistas do Irã elegeu Mojtaba, filho de Ali Khamenei, como o próximo líder supremo do país, informou ontem, o canal de TV Iran International, que tem como foco o público iraniano e está baseado em Londres, no Reino Unido. O líder supremo Ali Khamenei morreu no último sábado, 28 de fevereiro, em meio aos ataques dos Estados Unidos e Israel contra

a cúpula do regime iraniano. Nesta terça, os ataques foram ampliados, com um bombardeio contra o prédio da Assembleia de Especialistas na cidade sagrada de Qom, onde 88 aiatolás deveriam se reunir para definir quem substituirá Khamenei. Não está claro se os aiatolás estavam no prédio. A mídia estatal iraniana não confirmou se havia de fato algum religioso entre os mortos, mas, em Washington, o presidente americano, Donald Trump, declarou que, dos candidatos que seu governo havia considerado para a liderança do Irã, alguns já morreram.